

REGISTRO DA REUNIÃO

Reunião do Comitê Temático de **Racionalização Legal e Burocrática**

CT 01

COORDENADORES:

Coordenador Privado - Hélio Rodrigues – MONAMPE

Coordenador Público - Henrique Reichert – Ministério da Economia

LISTA DE PRESENÇA (ANEXA)

DATA	HORÁRIO	LOCAL
16/11/2022	14h às 15h30	Reunião Realizada por Videoconferência - Microsoft Teams e Presencial - no Edifício Armando Monteiro Neto - SBN Quadra 1 Bloco I, Térreo, Asa Norte.

ITEM 1 - ABERTURA

O Coordenador Privado Sr. Hélio Rodrigues agradeceu a presença de todos.

O Coordenador Público Sr. Henrique Reichert deu as boas-vindas a todos os participantes, iniciou a reunião com uma breve revisão das pautas a serem tratadas e aproveitou a oportunidade para apresentar o Sr. Alfredo Nascimento novo Subsecretário de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresa, Empreendedorismo e Artesanato.

Sr. Alfredo Nascimento se apresentou fazendo um breve relato do caminho até o novo cargo e se disponibilizando a ajudar no que puder nos trabalhos do Fórum. Ressaltou a importância do Fórum Permanente, indicou os trabalhos que estão sendo realizados e futuras entregas da SEMPE e do Fórum. Informou que serão nomeados novos integrantes dos comitês temáticos para o próximo ano, e pediu consenso e as indicações por parte dos integrantes do CT1.

ITEM 2 – PAUTA

Sr. Henrique Reichert deu prosseguimento lembrando os encaminhamentos sobre as pautas prioritárias que foram estabelecidas em reuniões anteriores. Comentou sobre o serviço brasileiro de respostas técnicas, informando que continua ativo, mas que o trabalho precisa de apoio para continuar oferecendo seus serviços. Informou que estão reformulando o site para deixá-lo mais atualizado, e que assim que isso ocorrer será informado ao Fórum para divulgação, inclusive no portal do empreendedor. O sr. Ercílio Santinoni reforçou a importância do serviço, e foi chamada a atenção pelo fim do apoio por parte da CNI.

Em relação a agenda normativa, o Sr. Henrique Reichert salientou o panorama e o que ser discutido e construção de propostas de estratégias para o próximo ano. Sobre o PLP 108, foi informado sobre as reuniões conjuntas entre

**MINISTÉRIO DA ECONOMIA/ME
SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE/SEPEC
SECRETARIA DE INOVAÇÃO E MICRO E PEQUENAS EMPRESAS/SIMPE
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, EMPREENDEDORISMO E ARTESANATO/SEMPE**

os CT1 e CT6 sobre a RAMPA DO MEI, informou sobre a ajuda do SEBRAE e o apoio da SEMPE ao projeto. Informou que esse PLP está bem encaminhado e progredindo. Quanto ao PLP 33, foi sinalizado, por parte da SEMPE, a urgência. Informou que houve as discussões na Câmara dos Deputados e que no próximo ano a proposta deveria ser levada ao Senado. A Política Nacional teve avanço com proposta de decreto para MPEs já está na Presidência com grande chance de estabelecer o decreto presidencial.

Foi chamada atenção sobre a importância do PLP 92, que atualiza a Lei 123, para retomada de sua proposta. O PLP 145 tem atenção especial do SEBRAE para sistema eletrônico para apuração fiscal. Também foi mencionado o 127. O Sr. Ercílio Santinoni questionou a questão financeira envolvendo o PLP 108, e informou que a proposta da Rampa tem mais chance de ser implementada. Foi colocado que a Política Nacional está praticamente pronta e que sua implementação é possível na Casa Civil. Foi colocado que o Secretário Especial já está ciente da situação e que seria importante a assinatura para aprovar o projeto. O Sr. Ercílio Santinoni ressaltou a importância da aprovação do projeto, pois correria o risco de mais atraso na implementação da Política caso fosse deixado para o próximo governo aprovar. Porém, o Sr. Alfredo Nascimento ressaltou o processo que o órgão deve cumprir para que elaboração da política, salientando que as associações devem fazer pressão para o governo acelerar o processo de aprovação.

Sra. Ariene D'Arc informou que existem divergências sobre o PLP 108 sobre o cálculo apresentado pelo relator e que a atualização deveria ser de 2018 para frente. Foi apresentado recálculo ao relator por parte da CNI. Sobre o PLP 33, informou que a aprovação pelo Senado seria muito positiva, e convidou o Fórum para trabalhar nos vetos sobre prescrição intercorrentes sobre créditos tributários das MPEs, e sobre a limitação do aproveitamento do instituto da recuperação. Sobre a política, foi sugerido a realização de uma audiência com a Casa Civil com a participação da CNI para aumentar a pressão pela aprovação. O Sr. Wilson pediu cuidado durante o processo de aprovação, pois poderia envolver outros órgãos que poderiam atrasar a implementação.

O Sr. Henrique Reichert voltou ao tema do PLP 92 e o Sr. Ercílio Santinoni informou que o processo ficou parado devido à campanha eleitoral e questionou sobre a nova frente que está mais ligada às MPEs. O Sr. Edgar avaliou a importância de reestabelecer a bancada responsável sobre às MPEs. Foi proposta a entrada pela Câmara e o Senado para agilização na aprovação de propostas complementares.

Foi chamada a atenção para se valorizar a participação de governos estaduais e chamá-los para participar com o Fórum Nacional, buscando assim mais capilaridade. A ideia apreciada pelo Sr. Henrique Reichert que comunicou que seria iniciada iniciativas nesse sentido. O Sr. Mauro Leônidas também falou sobre a importância dos fóruns estaduais para disseminação da política sobre MPEs.

Foi solicitado que o Sistema Nacional de Garantias fosse retomado nos debates do Fórum no ano de 2023. Foi sugerido um levantamento dos projetos de lei que são relevantes para um o tema, e que a discussão desses projetos seja retomada.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA/ME
SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE/SEPEC
SECRETARIA DE INOVAÇÃO E MICRO E PEQUENAS EMPRESAS/SIMPE
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, EMPREENDEDORISMO E ARTESANATO/SEMPE

LISTA DE PRESENÇA - VIRTUAL

Resumo da Reunião	
Título da Reunião	CT1 - Racionalização Legal e Burocrática
Hora de início da reunião	16/11/2022 14:00
Hora de Término da Reunião	16/11/2022 15:30
Nome Completo	
Werner Ricardo Schelle Neto	
Alfredo Gonçalves Nascimento - ME	
Paulo Freitas - FOPEME	
Pedro Gilmar Fank	
Hélio Rodrigues de Almeida	
Susete Maria Cavalli	
Giovana Tonello Pedro Lima	
José Antônio Ramalho	
Eneila Loiola	
Wilson - FENACON	
Edgard Vicente Fernandes Junior	
Nelma Renata Rosário da Silva	
Alexandre Zebinato	
Eduardo Vieira - ACDF	
Gilson Santos	
Maria José Esteves de Matos - ME	
Jane Fonteles	
Silva Junior – SDER Navegantes SC	
Estagiário GERIG - ABDE	
Antônio Everton	
Eduardo Vieira - ACDF	
Alexandre Josué Cervo - ME	

MINISTÉRIO DA ECONOMIA/ME
SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE/SEPE
SECRETARIA DE INOVAÇÃO E MICRO E PEQUENAS EMPRESAS/SIMPE
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, EMPREENDEDORISMO E ARTESANATO/SEMPE

LISTA DE PRESENÇA - PRESENCIAL



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
FÓRUM PERMANENTE DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE
COMITÊ TEMÁTICO DE RACIONALIZAÇÃO LEGAL E BUCROCRÁTICA - CT 1
DATA: 08/11/2022 - HORÁRIO: 14h às 15h30 - LOCAL: Edifício Armando Monteiro Neto - SBN Quadra 1 Bloco L, Térreo, Asa Norte/DF
LISTA DE PRESENÇA - PRESENCIAL

NOME	ENTIDADE/ÓRGÃO	TELEFONE	EMAIL	ASSINATURA
Glória P. Martins	SEMPE	0027 8013	gloria.martins@economia.gov.br	
Jaqueline Luciano Ribeiro	Simpe	2027 8013	jaqueline.luciano@economia.gov.br	
Mauro dos Santos Leão	CFA	91-934436655	mauroleao1981@gmail.com	
Adriana Cordeiro	CONAMPE	41.996559025	adriacordeiro@hotmail.com	
Luís G. Moraes	SEMPE	38-399568297	Gustavo.Moraes@economia.gov.br	
Henrique Reichert	SEMPE	48 358519973	henrique.reichert@econ.gov.br	
Erécilia Santinoni	CONAMPE	41 99155-6300	ereciliasantinoni@hotmail.com	
Carlos Magno A. Bittencourt	CONAMPE	(41) 99125-2002	cmagno252@gmail.com	
Aniara d'Arcy Amarel	CNI	(61) 996113087	aniaraamarel@nma.com	
Diniz Neto	NDIAMPE	(24) 99122-5115	dinizneto@gmail.com	
Tônia Batista	Senpe	61-2027-8100	tonia.b.batista@economia.gov.br	
Mauro Edo Nogueira	IPEA	21 39976-3043	mauro.edo@ipea.gov.br	

REGISTRO DA REUNIÃO

Reunião do Comitê Temático de **Acesso a Mercados**

CT 02

COORDENADORES:

Coordenador Público - Pedro Henrique Rincón Amaral / Ministério da Economia

LISTA DE PRESENÇA (ANEXA)

DATA	HORÁRIO	LOCAL
16/11/2022	16h às 18h	Reunião Realizada por Videoconferência - Microsoft Teams e Presencial - Auditório, Ministério da Economia, Bloco "J"

ITEM 1 - ABERTURA

O Coordenador Privado iniciou a reunião cumprimentando os participantes, e solicitou que os presentes se apresentassem, considerando que havia pessoas novas no encontro. Após, o Senhor Alfredo Nascimento apresentou-se como o novo Subsecretário da Micro e Pequena Empresa, e o Senhor Henrique Reichert como seu Substituto. Relatou brevemente sua trajetória anterior na Secretaria desde 2014. Sugeriu aos representantes das diversas entidades convidar outros interessados em participar do Fórum para construir políticas públicas fortes e consistentes para as MPEs nas diversas temáticas em que o Fórum atua.

Lembrou que provavelmente na próxima reunião, no ano seguinte, seria realizada eleição para novos coordenadores privados dos Comitês.

Apesar de o Comitê de Acesso a Mercados estar sem coordenação privada, o senhor Henrique Reichert esclareceu que, por ser a última reunião do ano, a eleição para o coordenador privado do CT2 será realizada junto com as demais eleições.

ITEM 2 – PAUTA

O Senhor Pedro Rincón reforçou a importância do papel do coordenador privado e, caso alguém já demonstrar interesse em se candidatar, pode se manifestar por e-mail ou durante a condução da agenda.

A primeira pauta prevista consistia em uma apresentação do Secretário de Turismo do Acre, e as outras duas serão apresentações de boas práticas de Minas Gerais e do Paraná, ambas em relação ao tratamento diferenciado às micro e pequenas empresas.

Considerando que o representante do Acre não pôde estar presente na reunião, a Sra. Eneila foi convidada a iniciar sua apresentação.

2.1- Apresentação de Minas Gerais

**MINISTÉRIO DA ECONOMIA/ME
SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE/SEPEC
SECRETARIA DE INOVAÇÃO E MICRO E PEQUENAS EMPRESAS/SIMPE
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, EMPREENDEDORISMO E ARTESANATO/SEMPE**

Tratou de um Acordo de Cooperação Técnica entre a SEDE, SEPLAG e SEBRAE, que se iniciou em 2021, com o objetivo de estabelecer diretrizes para a promoção de políticas de compras governamentais que impactassem positivamente no desenvolvimento da economia local e fomento dos pequenos negócios e na geração de emprego e renda na economia mineira.

Quanto aos eixos de atuação, a Sra. Eneila mencionou que o acordo se baseava nos seguintes pontos:

- promoção do fomento à participação dos pequenos negócios nas licitações públicas;
- capacitação de empresários e gestores públicos;
- elaboração de metodologias e instrumentos normativos visando fomentar o desenvolvimento econômico local e inserir os pequenos negócios nas compras públicas; e finalmente;
- a criação de um Painel online de informações de compras acerca das licitações e das compras públicas no estado.

Quando o ACT foi proposto nada estava pronto, mas foi desenhado e estruturado em 2020. Durante seis ou sete meses foi feita a parametrização de dados para criação do Painel e envio ao SEBRAE e colocá-los no Painel.

A apresentação também informou sobre as atribuições da SEDE:

- Ampliar oportunidades de acesso a mercados;
- Proporcionar capacitação e orientação em gestão;
- Facilitar, desburocratizar e simplificar o ambiente de negócios em MG.

Quanto às atribuições da SEPLAG, foram destacados:

- Informar o Planejamento Anual de Compras do governo de MG;
- Elaborar estratégias de divulgação para os diversos órgãos;
- Disponibilizar os dados para a criação do painel de compras acerca das licitações e das compras públicas.

Quanto ao SEBRAE, este está encarregado da capacitação dos fornecedores locais para atender as normativas de compras públicas, apoiar a SEDE e SEPLAG com informações e dados estratégicos que deverão estar contidos na criação do Painel de Compras online, promover e divulgar as ações e finalmente, a articulação com a SEDE e os clusters locais de cadeias produtivas prioritárias dentro do escopo desejado.

Os resultados esperados com o ACT: aumentar a participações dos pequenos negócios nas licitações públicas, informações e bases de dados sistematizados e compartilhados entre SEDE, SEPLAG e SEBRAE, e a capacitação de empresários e gestores públicos para a utilização de benefícios legais nas licitações, desenvolvimento local e disponibilizar o painel.

Sobre os resultados, foram mencionados os seguintes pontos:

- ✓ Implantação no Painel online- no Sebrae -com informações acerca das licitações e das compras públicas no estado, com atualização enviada pelo SEPLAG a cada 3 meses.
- ✓ Capacitações para MPEs e gestores públicos
- ✓ Instrumentos normativos,
- ✓ Realização de treinamentos: 4.167 visualizações
- ✓ Crescimento de 12% na participação das MPEs nas compras públicas do estado
- ✓ Projeto piloto para centralização do PA Familiar, para a Secretaria de Agricultura. Então a SEPLAG centraliza o chamamento público para fornecedores, inicialmente focados em café e feijão.

Além das compras públicas, também há projeto de acesso a mercados, que é o circuito mineiro de oportunidades de negócios ou aproximar os pequenos negócios da rede varejista de supermercados.

O segundo item da pauta consistiu em apresentação de boas práticas do Paraná em compras públicas, realizada pelo Senhor Carlos Magno Andrioli Bittencourt, representando a CONAMPE e FAMPEPAR.

Iniciou explicando que em 2011 foi assinado o Acordo de Cooperação Técnica entre TCE, SEBRAE e FOPEME dando início ao grande processo de orientar os municípios paranaenses na implementação do capítulo acesso

**MINISTÉRIO DA ECONOMIA/ME
SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE/SEPEC
SECRETARIA DE INOVAÇÃO E MICRO E PEQUENAS EMPRESAS/SIMPE
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, EMPREENDEDORISMO E ARTESANATO/SEMPE**

a mercados da LC 163, oficiar os prefeitos quanto à legalidade e obediência à Lei 123 em relação a compras públicas.

Em 2012 foram realizados 5 encontros regionais para capacitação dos servidores municipais da área de compras, capacitou as MPEs, identificando e acompanhando a sua participação nas licitações e um seminário de boas práticas para os municípios paranaenses. Foram capacitadas 15 mil pessoas.

Em 2017, em trabalho conjunto do SEBRAE, Escola de Gestão Pública do TCE-PR e do Fórum, foi lançado o Manual de Licitações do TCE-PR, apresentando soluções práticas para as quais os gestores públicos se deparam no dia a dia relacionadas à licitação de bens e serviços para o Estado e Municípios, inclusive sendo referência para todas as Unidades da Federação. O acordo foi renovado neste ano de 2022.

Foram criados Escritórios de Compras Públicas em parceria com SEBRAE/PR, Fecomercio PR, Fopeme, Faciap, Famepar, TCE/PR, EGP, Observatório Social do Brasil e Portal de Compras Públicas.

Finalizou afirmando que o Paraná foi o primeiro estado a regulamentar a nova lei de Licitações 14.133, de 2021 pelo decreto 10.086, de 17 de janeiro deste ano. Também remeteu os participantes a consultar o Observatório de Compras Públicas para maiores informações.

O coordenador público deu espaço para perguntas e comentários.

O Senhor Paulo Freitas da FOPEME complementou a informação sobre o acordo com o TCE/PR em 2011, quando não somente os jurisdicionados municipais foram treinados como também os próprios técnicos do Tribunal de Contas e hoje, pode-se dizer que há muito mais orientação que fiscalização. A pouca participação de empresas em 2011, hoje há 40% de participação, e que o Manual está sendo sempre atualizado.

O Senhor Gustavo, sobre compras públicas internacionais, afirmou que em setembro a CNI realizou junto com o SEBRAE uma missão ao Chile, onde existe um acordo entre ambos os países para compras públicas de pequenas empresas. E sugeriu a pauta de compras públicas internacionais nas capacitações e em acordos bilaterais.

Por sua vez, o Senhor Antônio Everton sugeriu a disseminação das boas práticas para os demais estados e reforçou que as compras públicas dinamizam mais o setor das MPEs em comparação às compras internacionais inclusive.

O coordenador lembrou que havia o projeto de desenvolver duas cartilhas com orientações para os gestores locais sobre as compras públicas, a importância da lei e considerar o tratamento favorecido e diferenciado das MPEs, e outra cartilha para as empresas para que estas saibam onde buscar informações e terem ciência das vantagens previstas em lei. Apesar da importância deste projeto, não houve avanço na realização destes materiais.

O Senhor Antônio Everton colocou-se à disposição em colaborar com o trabalho junto com a CONAMPE.

O Senhor Ercílio Santinoni, por sua vez, recordou que as cartilhas de compras públicas no PR foram um trabalho desenvolvido principalmente pelo Senhor Mario Doria e do FPMPE, que a cartilha foi muito importante para que os prefeitos soubessem que podiam comprar da microempresa sem problemas com a prestação de contas.

O Senhor Pedro continuou com uma atualização sobre três iniciativas específicas que estão sendo desenvolvidas na SEMPE e que guardam relação com o tema do CT2:

A primeira iniciativa mencionada foi o estudo de políticas públicas para pequenas e médias empresas da América Latina, conduzido pela OCDE em parceria com a CAF e SELA. O que se busca são indicadores de elaboração de políticas públicas, implementação e monitoramento em nove eixos ou dimensões. O trabalho dos especialistas permitirá um diagnóstico da posição do Brasil quanto ao apoio as pequenas e médias empresas em comparação com os demais países da América Latina. A primeira edição não teve a participação do Brasil, porém nesta segunda edição haverá a participação dos países do Mercosul, Comunidade Andina e

**MINISTÉRIO DA ECONOMIA/ME
SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE/SEPEC
SECRETARIA DE INOVAÇÃO E MICRO E PEQUENAS EMPRESAS/SIMPE
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, EMPREENDEDORISMO E ARTESANATO/SEMPE**

Aliança do Pacífico. Afirmou ainda que estamos na fase de autoavaliação governamental, com previsão dos resultados para abril e divulgação para o segundo semestre.

Tanto o Senhor Pedro Henrique quanto o Senhor Alfredo reforçaram que os resultados podem ser uma oportunidade de cooperação e *benchmark* para o Brasil junto aos demais países.

Duas outras iniciativas estão sendo desenvolvidas em parceria com a ENAP, a premiação para Cidades Empreendedoras, que é um desafio de inovação aberta para cidades de até 280.000 habitantes que tenha implementado alguma iniciativa de incentivo ao empreendedorismo, em sete eixos diferentes. A ideia é buscar as melhores práticas desenvolvidas pelas prefeituras de micro, pequenas e medias cidades brasileiras, ainda, que é complementar ao Prêmio Prefeito Empreendedor realizado pelo SEBRAE em grandes cidades. A SEMPE recebeu quase 300 iniciativas, que serão avaliadas até o dia 4 de dezembro e no início do ano que vem serão premiadas e haverá a publicação de um material com as melhores iniciativas.

O Senhor Henrique complementou a informação afirmando que haverá um repositório das melhores práticas para que as iniciativas exitosas possam ser replicadas.

A terceira iniciativa, desafio de Comercio Exterior, sustenta-se em três dificuldades relevantes no acesso das MPEs ao mercado externo: adequação de produtos, informação para internacionalização e estratégia (o que, para onde vender). Também um desafio de inovação aberta, cuja primeira etapa já foi concluída. Há nove iniciativas para serem desenvolvidas, 3 em cada eixo. Há uma empresa aceleradora que ajudará no desenvolvimento das ideias em dezembro e janeiro.

Ambos os desafios procuram boas ideias que combatam dificuldades semelhantes para serem replicadas.

Para finalizar a reunião, o coordenador público lembrou a necessidade de substituir o coordenador privado anterior, Ronnie Pimentel, da CNI, não poderia continuar exercendo essa função. Solicitou indicações de nomes.

O Senhor Henrique Reichert solicitou que os interessados enviassem mensagem ao correio eletrônico do Fórum, para que na primeira reunião do ano deste Comitê e da Reunião Ordinária os nomes sejam votados, uma vez que também serão eleitos todos os coordenadores privados dos demais Comitês. Todos devem ser obrigatoriamente substituídos, exceto o Sr. Hélio da MONAMPE, Senhor Tarcísio do CT4 e Senhor Ercílio do CT6, da CONAMPE, que poderão exercer a função por mais dois anos.

O coordenador público mencionou todos os temas desenvolvidos nas reuniões do CT2 ao longo do ano e solicitou que os participantes se manifestassem quanto ao interesse de aprofundar as discussões de algum desses temas especificamente ou sugira outra pauta para ser desenvolvida já na primeira reunião do próximo ano.

ITEM 3 – ENCAMINHAMENTOS

1. Aguardar nomes de interessados em exercer a função de Coordenador Privado do Comitê Temático de Acesso a Mercados- CT2

REGISTRO DA REUNIÃO

Reunião do Comitê Temático de Temático de Tecnologia e Inovação

CT 03

COORDENADORES:

Coordenadora Privada – Içara Bajadares - CONAJE

Coordenador Público – Carlos Leonardo Durans - Ministério da Economia

LISTA DE PRESENÇA (ANEXA)

DATA	HORÁRIO	LOCAL
14/12/2022	14h às 15h30	Reunião Realizada por Videoconferência - Microsoft Teams

ITEM 1 - ABERTURA

Sra. Içara Bajadares iniciou a reunião agradecendo a presença de todos, ela mencionou a necessidade de se fazer presente no Congresso Nacional Anual da CONAJE, previamente marcado para a mesma data do último encontro do Fórum Permanente, bem como, a preferência da Coordenação Pública do comitê, em aguardar a sua possibilidade de estar presente, justificando assim o adiamento da reunião do Comitê de Tecnologia e Inovação.

Na sequência, o senhor Carlos Leonardo deu as boas-vindas aos membros do Comitê e iniciou uma rodada de apresentações dos membros presentes na reunião.

ITEM 2 – PAUTA

Atuação do CT3 em 2022

LGPD para MPES

Sra. Içara Bajadares fez uma explanação do processo da LGPD para MPES, e que até o momento a ANPD não deu um parecer ao último ofício enviado, com o pleito de absorção dos artigos que ainda não haviam sido contemplados pela Normativa publicada. Em 2023, após as definições de estrutura do Ministério, pretende-se retomar o contato com a ANPD.

Informações sobre a transição de governo

Sr. Carlos Leonardo fez um relato da transição de governo. Relatou que o MDIC será recriado e que a equipe de transição tem focado em temas como Economia Verde e Transformação Digital.

Indicadores de Inovação

Sra. Içara Bajadares esclareceu que o tema não alcançou o objetivo desejado pelo Comitê, por não se ter encontrado, instituição parceira com expertise na área e acompanhamento dos indicadores em questões já desenvolvido, que possam vir a serem compartilhados no âmbito do Fórum.

Protocolo de Comunicação e a Lei do Bem

Sra. Içara Bajadares comunicou que o Comitê entendeu que os temas não estão alinhados aos eixos estratégicos.

Sr. Carlos Leonardo mencionou que o desenvolvimento das tratativas da Lei do Bem acabou por se descolar dos itens pleiteados pelo Comitê, de qualquer modo, o projeto de lei está avançando e sendo monitorado pela Subsecretaria de Inovação e Transformação Digital.

Sra. Içara Bajadares sugeriu convidar o Deputado Vitor Lippi para atualizar e tirar dúvidas referentes ao Projeto de Lei 4944/2020, que altera a Lei do Bem.

Sugestões de pauta para 2023

Foi consenso entre os presentes que até o dia 15/01/2023 os membros/entidades, enviassem para o e-mail da Secretaria Técnica do Fórum Permanente, sugestões de pauta, para serem trabalhadas no Comitê de Tecnologia e Inovação (forum.permanente@economia.gov.br). As sugestões serão apresentadas na 1ª reunião do Comitê de 2023. Foi esclarecido que o cronograma de reuniões do Fórum Permanente e do CT3 será estabelecido apenas após o início da próxima gestão do Ministério, uma vez que deverá ser publicado um novo Decreto com uma nova estrutura ministerial. Apesar dessas alterações, foi esclarecido que o Fórum Permanente é uma das três instâncias estabelecidas pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para gerir o tratamento diferenciado, favorecido e simplificado à microempresas e empresas de pequeno porte, previsto nos artigos 170 e 179 da Constituição Federal. Portanto a estrutura do Fórum não deve sofrer alterações.

Sra. Içara Bajadares propôs convidar para as reuniões do Comitê, entidades/representantes, para “Divulgação de linhas de crédito para fomento e desenvolvimento à inovação e tecnologia para MPEs”.

Seguindo a sugestão da Sra. Içara, a Sra. Caroline Leticia Gussi sugeriu uma apresentação do “Fundo Garantidor de Inovação”, que foi lançado recentemente pelo SEBRAE em parceria com a FINEP/ MCTI, filiada a ABDE e está previsto para iniciar as operações em 2023.

Sr. Alceu Dal Bosco sugeriu acompanhar o PLP 178/2021, que trata da unificação e simplificação do cumprimento das obrigações acessórias.

Sr. Carlos Leonardo respondeu que irá revisar e avaliar o PLP 178/2021 e, conforme a temática, atribuir para outros Comitês do Fórum Permanente. Sugeriu ainda fazer um “inventário” dos Projetos de Lei que estão em tramitação e que são relevantes para às MPEs e definir as prioridades para acompanhamento; alinhando, junto a Sra. Içara, esse “Inventário”, como sendo uma das “entregas” do CT03 previstas para o ano de 2023; tendo o seu levantamento direcionado à tag em “Inovação e Tecnologia” e seu “start” a partir do recebimento da lista de projetos com essa tag, já acompanhados pela Secretaria Técnica do Fórum, a qual o Sr. Henrique Reichert irá disponibilizar.

A Sra. Içara resgatou os principais objetivos do Comitê, evidenciando a temática de tecnologia e inovação para a qual está direcionado e ressaltando a importância de tornar conhecido e acessíveis os instrumentos, leis e programas já existentes nesse âmbito, utilizando-se como exemplo, o “Inova Simples”, regime jurídico criado a partir da Lei Complementar Nº 167 de 2019, que têm a finalidade de promover maior facilidade para as startups, visando o estímulo da sua criação, formalização e desenvolvimento e que, ainda é pouco conhecida e de fato usufruída; o Sr. Leonardo

**MINISTÉRIO DA ECONOMIA/ME
SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE/SEPEC
SECRETARIA DE INOVAÇÃO E MICRO E PEQUENAS EMPRESAS/SIMPE
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, EMPREENDEDORISMO E ARTESANATO/SEMPE**

aproveitou a oportunidade para compartilhar que o “Inova Simples” é um programa do Ministério da Economia, e fará o convite para a equipe responsável para uma apresentação do programa em momento oportuno.

Sr. Henrique Reichert esclareceu que referente ao “inventário” o único impedimento do Fórum são os Projetos de Lei que tratam de questões tributárias, que são de competência do Comitê Gestor do Simples Nacional. E ressaltou a relevância dessa iniciativa para as MPEs.

Informou que a SEMPE já realiza uma TAG dos projetos relacionados a inovação e tecnologia, que podemos utilizar como referência para o mapeamento dos projetos de lei e depois a priorização.

Sra. Içara encerrou a reunião, solicitando um registro fotográfico de todos e agradecendo mais uma vez à todos os presentes, contando com todos para o ano que virá e passando em seguida, a palavra ao Sr. Leonardo, à Sra. Thayana e ao Sr. Henrique, que também agradeceram e se despediram.

ITEM 3 - ENCAMINHAMENTOS

- Agendar reunião com ANPD, assim que definida estrutura dos Ministérios, para retomada do contato e assuntos encaminhados pelos “Ofício FPMPE nº 10/2022” de 14 de setembro de 2022, e ao pleito de absorção dos artigos não contemplados pela Normativa publicada.
- Enviar e-mail ao mailing do Fórum, informando o prazo aberto até 15/01/23 para recebimento de sugestões de novas pautas (ligadas à temática de tecnologia e inovação às MPEs) a serem tratadas no âmbito do CT03;
- Convidar para a 1ª reunião de 2023 do Comitê, o Deputado Vitor Lippi para atualizar e tirar dúvidas referentes ao Projeto de Lei 4944/ 2020 que altera a Lei do Bem;
- Convidar para a 1ª reunião de 2023 do Comitê, um representante Finep e/ou Sebrae, para apresentar o programa “Fundo Garantidor de Inovação”, dando início ao projeto “Divulgação de linhas de crédito para fomento e desenvolvimento a inovação e tecnologia para MPEs”;
- Sr. Henrique Reichert compartilhar TAG dos projetos relacionados a inovação e tecnologia acompanhados pela SEMPE, para Inventário dos Projetos de Lei em Tramitação relevantes para às MPEs – que será coordenado pelo Sr. Carlos Leonardo.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA/ME
SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE/SEPEC
SECRETARIA DE INOVAÇÃO E MICRO E PEQUENAS EMPRESAS/SIMPE
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, EMPREENDEDORISMO E ARTESANATO/SEMPE

REGISTRO DA REUNIÃO

Reunião do Comitê Temático de **Investimento, Financiamento e Crédito**

CT 04

COORDENADORES:

Coordenador Privado - José Tarcísio – COMICRO

Coordenador Público - Marco Aurélio Mota Loureiro – Ministério da Economia

LISTA DE PRESENÇA (ANEXA)

DATA	HORÁRIO	LOCAL
17/11/2022	10h às 11h30	Reunião Realizada por Videoconferência - Microsoft Teams e Presencial no Edifício Armando Monteiro Neto - SBN Quadra 1 Bloco I, Térreo, Asa Norte.

ITEM 1 - ABERTURA

Abertura realizada pelo Coordenador de Governo do Comitê Temático de Investimento, Financiamento e Crédito, Sr. Marco Aurélio Mota Loureiro, representante da Subsecretaria de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas, Empreendedorismo e Artesanato do Ministério da Economia, o qual iniciou a reunião cumprimentando a todos os presentes.

ITEM 2 – PAUTA

Sr. Marco Aurélio (Ministério da Economia) fez um breve relato do AntecipaGov, que foi uma demanda motivada pelo Sr. Hamilton (Presidente da SINFAC/ABRAFESC), no qual vislumbra um potencial aumento de crédito, impactando de forma significativa as empresas.

Referente a previsão da Lei Complementar 123, no tocante da emissão e título de crédito, independente do empenho seja na esfera Estadual, Federal ou Municipal, possa emitir título de crédito e posteriormente realizar a antecipação de recebíveis junto ao banco, diante disso, relatou a dificuldade do sistema financeiro em garantir a execução do empenho em função de quem recebe o crédito, ou seja, dificuldade na regulamentação junto ao Bacen.

Comentou sobre a expectativa preliminar de alavancagem de crédito, que seria de aproximadamente 50 bilhões de reais, não sendo vinculado somente às micro e pequenas empresas, mas com a expectativa de que sejam o grande beneficiário do projeto.

**MINISTÉRIO DA ECONOMIA/ME
SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE/SEPEC
SECRETARIA DE INOVAÇÃO E MICRO E PEQUENAS EMPRESAS/SIMPE
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, EMPREENDEDORISMO E ARTESANATO/SEMPE**

Sr. Ercílio Santinoni (CONAMPE) manifestou sua insatisfação com o Pronampe, em não ter atingido tanto os pequenos empresários (MEI), onde fez uma comparação com a linha de crédito Pronaf que é uma linha de crédito voltado aos pequenos empresários.

Porém, elogiou o projeto AntecipaGov, pois, é uma reivindicação desde que se aprovou a Lei Complementar 123, em que trata da cédula de crédito para garantir as compras públicas.

Salientou, que o ano de 2021 e 2022, foram excepcionais em termos de acesso ao crédito e que o Sebrae foi substancial nessa conquista.

Sra. Eneila Loiola (FOPEME) em resposta à explanação do Sr. Marco Aurélio, relatou sobre a experiência do FOPEME com as notas de empenho, em que, eles começaram um movimento de recebíveis, onde montaram um projeto piloto com as cooperativas de crédito, onde eles ouviram as cooperativas e discorriam da qualidade das notas de empenhos, por ser uma oportunidade para as micro e pequenas empresas. Porém, eles se esbarraram com a dificuldade na garantia de crédito. Diante disso, os jurídicos das cooperativas de créditos propuseram que eles fizessem no formato de consignado, o que é oferecido aos funcionários públicos, mas também não deu certo, no entanto, ficou acordado com as cooperativas, melhorar o Score para aqueles que pegaram o empréstimo.

Sr. Everton Batista (SEGES/DELOG/ME) fez uma explanação sobre o projeto AntecipaGov (segue anexo), no qual relatou que, os fornecedores que possuem contratos ativos com órgãos da Administração Pública Federal, podem solicitar a antecipação de crédito no valor máximo de 70% do que ainda têm a receber.

A iniciativa foi possível graças ao AntecipaGov, programa de antecipação de recebíveis do governo federal. A iniciativa permite que fornecedores utilizem seus contratos administrativos como garantia para fazer empréstimos e financiamentos em instituições financeiras credenciadas pelo Ministério da Economia (ME).

A análise de crédito e o risco de performance são feitas pelas instituições financeiras participantes, que têm a liberdade de operar de acordo com suas políticas. Os riscos são mitigados por meio dos mecanismos de trava bancária e cessão de crédito. Os pagamentos são realizados nas contas indicadas, caso o fornecedor cumpra com suas obrigações contratuais.

Esclareceu também que, para fazer parte do AntecipaGov é necessário que as instituições financeiras interessadas se credenciem junto à Central de Compras do Ministério da Economia. Após isso, as instituições podem ser habilitadas para receber cotações de fornecedores e ofertar créditos por meio do Portal de Crédito Digital - AntecipaGov. A ferramenta fomenta a realização de operações de crédito, entre fornecedores da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional e Instituições Financeiras Credenciadas.

Sr. Marco Aurélio sugeriu ao Sr. Everton Batista, elaboração de manuais/cartilhas como meio de divulgação, para que os membros/entidades os participantes do Fórum Permanente, possam auxiliar na divulgação do Programa.

REGISTRO DA REUNIÃO

Reunião do Comitê Temático de **Formação e Capacitação Empreendedora**

CT 05

COORDENADORES:

Coordenador Privado - Mauro Leônidas - CFA

Coordenador Público - Henrique Reichert - Ministério da Economia

LISTA DE PRESENÇA (ANEXA)

DATA	HORÁRIO	LOCAL
17/11/2022	14h às 15h30	Reunião Realizada por Videoconferência - Microsoft Teams e Presencial - no Edifício Armando Monteiro Neto - SBN Quadra 1 Bloco I, Térreo, Asa Norte.

ITEM 1 - ABERTURA

Sr. Mauro Leônidas cumprimentou a todos e deu início à reunião.

Sr. Henrique Reichert agradeceu a presença de todos.

ITEM 2 – PAUTA

Sr. Mauro Leônidas informou que a pauta seria 2 apresentações e na sequência passou a palavra para a Dra. Claudia Stadtlober.

Universidade e o apoio para o empreendimento de negócios de impacto social.

Dra. Claudia Stadtlober – Unisinos iniciou agradecendo a oportunidade de compartilhar a experiência de uma das turmas da disciplina na área de gestão que é vinculada ao projeto social, há mais de uma década um núcleo de empreendedorismo e inovação conectado ao instituto de cidadania empresarial, a proposta é apoiar negócios de impacto

Relatou um projeto de impacto social que foi desenvolvido em uma comunidade onde um grupo formado por 5 mulheres fabricam sabão com óleo de cozinha.

Após várias visitas a comunidade os estudantes desenvolveram um plano de negócio, que foi apresentado para esse grupo de mulheres, onde contemplou a parte mercadológica, vendas, melhoria da marca e ainda foi proposto a confecção de velas.

Os discentes acompanharam e ajudaram na implementação do plano proposto. O plano de negócios foi implementado, gerou lucros e proporcionou que mais mulheres pudessem compor o grupo.

**MINISTÉRIO DA ECONOMIA/ME
SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE/SEPEC
SECRETARIA DE INOVAÇÃO E MICRO E PEQUENAS EMPRESAS/SIMPE
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, EMPREENDEDORISMO E ARTESANATO/SEMPE**

Sra. Ariane Amaral sugeriu criar uma cartilha informativa sobre o empreendedorismo focado na gestão de negócios de impacto social, que seria um material básico do Fórum Permanente para ser desenvolvido nas universidades.

Sr. Mauro Leônidas agradeceu a ideia e complementou que seria importante criar um grupo de trabalho para elaborar as cartilhas de orientação básica para os empreendedores e instituições de ensino, aproveitou a oportunidade para convidar a CNI, Sra. Claudia Stadlober - Unisinos, CRC entre outras entidades para integrar o grupo de trabalho.

Rede Brasileira de Trilhas e o Empreendedorismo Ecológico

Sr. Luís Gustavo Montes – Ministério da Economia, fez uma apresentação do Programa Empreender na Rede (segue em anexo).

Esclareceu que em 2018 foi aprovada a Portaria nº 407/2018, Ministério da Agricultura e Ministério do Turismo, instituindo “A Rede Brasileira de Trilhas”, como uma política pública. Atualmente a Rede conta com 5.500 km construídos e 20.500 Km planejados.

Relatou que o Brasil é considerado o país com a maior biodiversidade do mundo, porém, não há uma geração de renda significativa devido à falta de estrutura turística.

O empreendedorismo ecológico que é implementado no Chile e Peru, atrai mais ecoturistas do que o Brasil.

O Programa visa o desenvolvimento de produtos turísticos locais, capacitação dos prestadores de serviços, incentivo à formalização, busca de crédito, desenvolvimento da marca Rede Brasileira de Trilhas e divulgação no exterior.

Ressaltou que foi elaborado um projeto piloto em parceria com “A Rede Brasileira de Trilhas”, contempla 3 trilhas com estruturas diferentes, são elas: Caminho de Cora Coralina, Caminho dos Pioneiros e Trilha Amazônia Atlântica.

Sra. Ariane sugeriu que o nome do Programa fosse “Empreender na Trilha”. Questionou se já foi feito parcerias com as empresas privadas. Ressaltou ainda a importância de se capacitar os envolvidos e a melhoria da estrutura para receber os turistas.

Sr. Luís Gustavo, esclareceu que o nome ainda não foi definido, agradeceu a sugestão. E que a parceria com entidades privadas é fundamental, relatou que a Trilha Amazônia Atlântica, já conta com a parceria de uma loja de bicicletas, de Belém do Pará que patrocina a maioria das trilhas.

Sr. José Ramalho questionou se o Programa contempla a estrutura ESG.

Sr. Henrique Reichert esclareceu que no primeiro momento o objetivo foi de conhecer “A Rede Brasileira de Trilhas”, conhecer os projetos que estavam sendo desenvolvidos. Com essa base solidificada, começamos a buscar alguns parceiros para financiamento.

Por conta do tempo, decidimos montar algumas cartilhas para os parlamentares, para saber se eles tinham interesse em fazer repasse para esse projeto.

O próximo passo será, procurar outras formas de fomento, e a contextualização do ESG nos permitiu procurar iniciativas internacionais que financiam projetos com essa estrutura.

**MINISTÉRIO DA ECONOMIA/ME
SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE/SEPEC
SECRETARIA DE INOVAÇÃO E MICRO E PEQUENAS EMPRESAS/SIMPE
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, EMPREENDEDORISMO E ARTESANATO/SEMPE**

ITEM 3 - ENCAMINHAMENTOS

- Criar grupo de trabalho para elaboração de cartilhas de orientação básica para os empreendedores e instituições de ensino, com o tema “Impacto Social”.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA/ME
SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE/SEPEC
SECRETARIA DE INOVAÇÃO E MICRO E PEQUENAS EMPRESAS/SIMPE
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, EMPREENDEDORISMO E ARTESANATO/SEMPE

LISTA DE PRESENÇA - VIRTUAL

Resumo da Reunião	
Título da Reunião	CT5 - Formação e Capacitação Empreendedora
Hora de início da reunião	17/11/2022 14:00
Hora de Término da Reunião	17/11/2022 15:30
Nome Completo	
Claudia de Salles Stadlober	
Edmundo Lima	
José Antônio Ramalho	
Izolda Barbosa	
Waldirene Chagas	
Paulo Freitas	
Alfredo José Ferreira Dias	
Graciana Brito Cardoso	
Marcelo Alvarenga	
Maristela Menck	
Alice	
Amanda Knup	
Pedro Donato Skraba	
Anne Monte	
Erika Bandeira	
Agnaldo	
Daniela Jorge de Brito	
Flavia Forte	
Renato Cortez	
Matheus Nascimento	
Paulo Meneguelli	
Marcelo Augusto Santos da Silva	
Hélio Rodrigues de Almeida	

MINISTÉRIO DA ECONOMIA/ME
SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE/SEPEC
SECRETARIA DE INOVAÇÃO E MICRO E PEQUENAS EMPRESAS/SIMPE
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, EMPREENDEDORISMO E ARTESANATO/SEMPE

LISTA DE PRESENÇA - PRESENCIAL



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
FÓRUM PERMANENTE DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE
COMITÊ TEMÁTICO DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO EMPREENDEDORA - CT 5
DATA: 17/11/2022 - HORÁRIO: 14h às 15h30 - LOCAL: Edifício Armando Monteiro Neto - SBN Quadra 1 Bloco I, Térreo, Asa Norte/DF
LISTA DE PRESENÇA - PRESENCIAL

NOME	ENTIDADE/ÓRGÃO	TELEFONE	EMAIL	ASSINATURA
Jaqueline E. Ribeiro	sempe	2027. 8013	jaqueline.ribeiro@economia.gov.br	pe.
Gloria E. Martins	sempe	2027. 8013	gloria.martins@economia.gov.br	GH
Carlos Magno A. Bittercourt	CONAMPE	(41)99125.202	cmagno252@gmail.com	[Assinatura]
Tônia Batista	sempe	2027- 8100	tonia.b.silva@economia.gov.br	[Assinatura]
Adriana Cordeiro	conemppe	(41)99655.8025	adriana.cordeiro@hotmail.com	[Assinatura]
Luis Gustavo G. Montes	SEMPE	3899954.8297	gustavo.montes@economia.gov.br	[Assinatura]
Henrique Reichert	SEMPE	(48) 99851.9973	henrique.reichert@economia.gov.br	[Assinatura]
Mauro Bonidas	EFA	(51) 98443.6655	mauro.bonidas@hotmail.com	[Assinatura]
Encilio Santinoni	CONAMPE	(41)99155.6300	encilio.santinoni@hotmail.com	[Assinatura]
Aniê d'Arcy B. Amaral	CNI	(61) 99611.8087	aniedarc@cni.com	[Assinatura]
DINIZ NETO	monemppe	(41) 99120.8715	dinizne@gmail.com	[Assinatura]

REGISTRO DA REUNIÃO

Reunião do Comitê Temático do **Microempreendedor Individual - MEI**

CT 06

COORDENADORES:

Coordenador Privado – Ercílio Santinoni / CONAMPE

Coordenador Público – Henrique Reichert, substituto do Fábio Silva / Ministério da Economia

LISTA DE PRESENÇA (ANEXA)

DATA	HORÁRIO	LOCAL
17/11/2022	16h às 17:30h	Reunião Realizada de forma híbrida - Microsoft Teams e presencial na sede do CNI Brasília

ITEM 1 - ABERTURA

Sr. Ercílio Santinoni, coordenador privado e representante da Conampe deste comitê deu início a última reunião de 2022, saudando todos os representantes e presentes.

ITEM 2 – PAUTA

1-Atualização sobre o status do Projeto em andamento

Sr. Ercílio explanou sobre a importância dos projetos em andamento que é o fruto do trabalho desenvolvido pelos membros participantes do Fórum, sobre o andamento do Projeto 108/2021, que aumenta a receita bruta anual permitida para MEI e sobre o projeto de lei referente a Criação da Rampa de Acesso MEI/ME, informou que por conta da mudança de governo, é provável que os projetos não sejam aprovados esse ano.

Sobre a proposta que aumenta o nº de atividades para formalização como MEI, esclareceu que o documento está parado com a Receita Federal para análise. Ainda sobre o assunto o Sr. Murilo Chaiben informou que o projeto está estagnado devido à falta de definição do que significa “Empreendedor” conforme o previsto pela lei complementar nº 123/2006, segundo ele, essa foi a informação passada na última reunião do Comitê Gestor do Simples Nacional.

2- Apresentação “TODOS PODEM EMPREENDER”

Sra. Mariana Rodrigues representante da Aliança Empreendedora, apresentou um estudo sobre as Microempresas, TODOS PODEM EMPREENDER* (anexo). A temática apresentada, trata-se de ação que nasceu para fortalecer a representação do microempreendedor e microempreendedora individual. O objetivo da campanha é aclarar governantes

**MINISTÉRIO DA ECONOMIA/ME
SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE/SEPEC
SECRETARIA DE INOVAÇÃO E MICRO E PEQUENAS EMPRESAS/SIMPE
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, EMPREENDEDORISMO E ARTESANATO/SEMPE**

e população sobre a necessidade de dar mais atenção ao ambiente das microempresas, para que se torne uma rede mais forte, eficiente e colaborativa.

Os participantes parabenizaram a apresentação, ressaltaram a importância dos estudos desenvolvidos pela Aliança Empreendedora, por se tratar de trabalho extremamente importante para o público deste comitê.

Sr. Ercílio agradeceu a dedicação e o desenvolvimento do grupo nas reuniões durante o ano 2022 e salientou que ainda há muito a ser feito pelo Microempreendedor Individual, que 2023 será um ano de muito trabalho.

ITEM 3 – ENCAMINHAMENTOS

- Acompanhar a assinatura dos projetos.

REGISTRO Da REUNIÃO

Reunião do Comitê Temático da **Política Nacional de Apoio e Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas**

CT 07

COORDENADORES:

Coordenador Privado - Eduardo Queiroz – OCB

Coordenador Público - Henrique Reichert - Ministério da Economia

LISTA DE PRESENÇA (ANEXA)

DATA	HORÁRIO	LOCAL
18/11/2022	9h às 10h	Reunião Realizada por Videoconferência - Microsoft Teams e Presencial - no Edifício Armando Monteiro Neto - SBN Quadra 1 Bloco I, Térreo, Asa Norte.

ITEM 1 - ABERTURA

A abertura da reunião foi realizada pelos Sr. Eduardo Queiroz, Coordenador Privado, o qual cumprimentou a todos presentes e em seguida anunciou os pontos que seriam abordados na pauta.

Destacou os últimos avanços a respeito da tramitação da PNADEMPE.

Nesse sentido fez um breve histórico sobre o cronograma da Minuta ao mencionar os últimos andamentos que foram:
Em setembro/22 – Parecer da Receita Federal do Brasil;
Outubro/22 – Adequações do texto pela SEPEC;
Outubro/22 – Tramitação interna e assinatura do Ministro da Economia.

Informou ainda que, os próximos passos internos no âmbito do Governo devem ocorrer com o encaminhamento da Minuta do Decreto para a Subsecretaria de Assuntos Jurídicos/Secretaria Geral/Presidência da República.

Disse que, no momento, tem dois cenários a se considerar:

1º A assinatura da Minuta ser feita pelo atual Presidente ou aguardar pelo próximo que deve iniciar o seu Governo no dia 01 de janeiro/2023;

2º Considerar novas atualizações no documento que podem ser feitas pelo novo Presidente, se considerar a hipótese de assinatura da Minuta ser feita ainda na gestão do atual Presidente.

O Sr. Henrique, Coordenador Público fez um relato de todas as fases de tramitação pelas quais a Minuta do Decreto foi submetida.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA/ME
SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE/SEPEC
SECRETARIA DE INOVAÇÃO E MICRO E PEQUENAS EMPRESAS/SIMPE
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, EMPREENDEDORISMO E ARTESANATO/SEMPE

Com isso, informou que o documento foi devidamente revisado e no momento estaria apto para ser aprovado e publicado.

Nesse sentido poderia seguir com os próximos passos da Política que são a continuidade no processo de construção dos indicadores.

ITEM 2 – APRESENTAÇÕES E DISCUSSÕES

Na sequência abriu a palavra para os participantes.

A Sra. Ariene, representante da CNI, disse que o Fórum Permanente pode conseguir junto à Casa Civil a assinatura da PNADEMPE.

O Sr. Mauro Oddo representante do IPEA, ponderou as considerações da Sra. Ariene e disse que a assinatura do Decreto, neste momento, poderia ser futuramente revogada.

A Sra. Eneila reafirmou a contribuição do seu Estado e do Fórum Estadual de Minas na construção da Política e disse que o Fórum deve fazer um trabalho para que o Decreto seja assinado, ainda neste ano e paralelo a isso fazer um alinhamento com a equipe de transição do novo programa.

APRESENTAÇÃO DOS INDICADORES:

A Sra. Mariana Rodrigues, representante da Aliança Empreendedora apresentou a evolução do processo de construção dos indicadores e da PNADEMPE.

Informou que foram revistos os principais desafios que consideram 04 finalidades, 06 diretrizes e 09 objetivos.

Dessa forma a metodologia aplicou processos de construção colaborativo e multidisciplinar envolvendo representantes de todos os Comitê Temáticos que foram considerados na construção dos indicadores os seguintes elementos:

Finalidade 1 - liberdade de empreender

Lembrou que os indicadores deverão ser úteis e representativos, ter um caráter orientativo e a utilização de métodos de coleta e processamento confiáveis e já existentes.

Os principais objetivos e diretrizes da PNADEMPE serão desenvolvidos a partir da liberdade de empreender, produtividade, competitividade e no desenvolvimento sustentável

Finalidade 1 – liberdade de empreender

Desafios:

- Burocracia/Complexidade/Obrigações acessórias
- Acesso ao crédito/questões tributárias/segurança jurídica/ custos elevados

Os indicadores prioritários levam em conta abertura e sobrevivência das MPE's.

Indicadores Chave:

MINISTÉRIO DA ECONOMIA/ME
SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE/SEPEC
SECRETARIA DE INOVAÇÃO E MICRO E PEQUENAS EMPRESAS/SIMPE
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, EMPREENDEDORISMO E ARTESANATO/SEMPE

Tempo Médio de abertura de MPE's;
Taxa de informalidade;
Taxa de Sobrevivência;
Número de MEIs ativos

Finalidades 2 – produtividade

Desafios:

- Inovação e tecnologia/integração das cadeias produtivas/padronização/custos de produção/gestão e governança/planejamento/educação e formação profissional/questões trabalhistas.

Indicadores prioritários levam em conta eficiência e capacidade de inovação.

Indicadores Chave:

Produtividade das MPE's / Valor adicionado/pessoal ocupado;
Esforços inovativos das MPE's;
Montante de crédito para MPE's;
Número de Pessoas beneficiadas por capacitações

Finalidade 3- Competitividade

Desafios:

Produtividade/Marca/acesso a crédito/questões tributárias/burocracia/custos elevados.

Conceito utilizado prioriza a competitividade entre MPE's versus outros portes de empresas (mercado externo)

Indicadores Chave:

Taxa de Sobrevivência;
Relação da taxa de juros para acesso ao crédito sobre MPE's e outros portes de empresas;
Relação entre a contribuição DAS e o volume total de vendas MEI.

Finalidade 04 – Sustentabilidade

Desafios:

Superar a “semiinformalidade”/visão de negócio/percepção de pessoas enquanto empreendedoras.
O foco está em indicadores que consigam desenvolver as MPE's vivas dentro de um crescimento sustentável, ou seja manter a sustentabilidade do negócio. Dessa forma foram levantados os seguintes indicadores:

Indicadores Chaves

Taxa de Sobrevivência;
Expansão do número de empregos;
Número de pessoas beneficiadas por capacitação.

O Sr. Eduardo disse que esse foi um alinhamento prévio, com dados preliminares sobre os indicadores e que o Comitê pretende continuar a discussão a partir do próximo ano.

Acredita que no 1º semestre do ano de 2023 a Minuta do Decreto esteja assinada e com isso poderá dar início a implantação da Política.

**MINISTÉRIO DA ECONOMIA/ME
SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE/SEPEC
SECRETARIA DE INOVAÇÃO E MICRO E PEQUENAS EMPRESAS/SIMPE
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, EMPREENDEDORISMO E ARTESANATO/SEMPE**

Paralelo a isso deve ocorrer reuniões de benchmarking com Data Sebrae, IBGE, BCB e outros atores chave. E relatório com a recomendação de indicadores da PNADEMPE.

Em seguida o Coordenador Privado abriu a palavra para os participantes.

O Sr. Paulo Freitas, representante da FOPEME, questionou se a microempresa será um foco na Política, em especial no quesito liberdade de empreender com uma possível criação da rampa para o MEI, sendo que neste caso a primeira faixa do Simples ficaria muito próxima ao MEI.

A Sra. Ariene, representante da CNI, disse que tem uma dúvida na finalidade (1) “liberdade de empreender” e gostaria de saber como a lei de liberdade econômica está refletindo nas MPE’s e se o indicador consegue mostrar nos filtros taxa de abertura e sobrevivência, por estados e municípios. Na finalidade (3) “competitividade” acha importante que tenha uma medição para o mercado externo. E na finalidade (4) ‘sustentabilidade’ entende que é importante considerar a questão do crédito.

O Sr. Ercílio Santinoni, Presidente da CONAMPE, alegou que deve trabalhar com dados concretos, pois é difícil detectar o tempo de sobrevivência das empresas. Disse que a Receita Federal não tem esses dados e que só tem condições de saber acerca do fechamento das empresas, ou seja, dois anos depois.

O Sr. Mauro Oddo, representante do IPEA, disse que na prática a forma de calcular o Índice de sobrevivência das empresas é observando se ela está contribuindo; se ela está ativa ou inativa e que este dado é da Receita.

A Sra. Aline reforçou a importância de construir o indicador da taxa de sobrevivência das MPE’s e disse que os dados de suspensão ou inatividade da empresa são observados a partir do número de CNPJ que registra a partir do 3º mês a inatividade da empresa.

O Sr. Elias, representante da ANBC, disse que além de questões envolvendo o prazo e juros acerca do crédito entende ser importante colocar alguma coisa sobre sustentabilidade envolvendo ESG e por fim saber o que deve ser feito pelos próximos 05 anos para estar alinhado com a OCDE.

O Sr. Antônio Everton, representante da CONAMPE, entende que deve haver um monitoramento da disseminação da Política Nacional. Dessa forma acompanhar os estados que irão ter desenvolvimento regional e os fóruns que trabalham com a Política Nacional.

O Sr. Pedro Gilmar, representante da CONAMPE, informou que, hoje no Brasil há três cadastros das empresas que são CNPJ, Inscrição Estadual e Inscrição Municipal. Disse que quando a empresa encerra as suas atividades é porque ela está com questões de dívidas, principalmente as tributárias. E acrescentou que mesmo fazendo a baixa da Inscrição Estadual e Municipal ela continua inscrita na Receita. Por isso, sugeriu como alternativa a inscrição do Cadastro Único.

O Sr. José Antônio Ramalho, representante da ASBRAE, sugeriu que fosse incluso indicadores qualitativos para que possa ser feita a medição do grau de satisfação o qual poderia navegar em vários eixos da Política. E, por último introduzir indicadores com relação a LGPD.

O Sr. Mauro Oddo ressaltou que para o universo das MPE’s ainda há um longo caminho para se chegar a dois temas que são a proteção de dados e ESG. Acrescentou que a LGPD foi recentemente implementada, mas acha importante constar no radar alguma coisa sobre este tema e a ESG.

Disse ainda que do ponto de vista metodológico a construção dos indicadores apresenta um viés, mas no caso em questão o importante é observar o efeito da Política, ou seja como o indicador se comporta no tempo. E com isso o viés deixa de existir porque o que se observa é a tendência do indicador.

**MINISTÉRIO DA ECONOMIA/ME
SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE/SEPEC
SECRETARIA DE INOVAÇÃO E MICRO E PEQUENAS EMPRESAS/SIMPE
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, EMPREENDEDORISMO E ARTESANATO/SEMPE**

O Sr. Henrique Heichert esclareceu que deve avançar na questão da pesquisa quantitativa; que foi priorizado o que já existe como pesquisas primárias, pois acrescentou novos indicadores e isso mostra o tamanho do desafio que tem com relação aos indicadores, além disso, tem as iniciativas, a questão dos Fóruns Regionais. E finalizou dizendo que em todos os Comitês foi citado uma ação do CT7, seja dos indicadores, dos Fóruns Regionais, da Casa Civil.

O Sr. Mauro Oddo disse que o CT7 faz um compilado de tudo que é trabalhado nos outros Comitês, uma vez que os eixos da Política são os próprios Comitês. Disse ainda que os representantes das entidades estão, há 3 dias, ouvindo o conjunto de propostas que cada um dos 07 Comitês elaborou acerca da Política.

E com relação a Minuta do Decreto da Política considerando que o documento já foi assinado pelo Ministério da Economia o Fórum deve definir o que fazer.

Nesse sentido sugeriu que fosse formado um grupo de trabalho do Fórum para entrar em contato com a equipe de transição do governo com o intuito de decidir sobre os próximos passos acerca do que já foi feito nesta gestão.

Mencionou ainda a importância em esclarecer que este é um trabalho do Fórum Nacional das Micro e Pequenas Empresas e não uma iniciativa do Governo e para além disso, essa política precisa chegar nas 27 unidades da federação.

Entende que para isso ocorrer deve fomentar a criação de fóruns estaduais e regionais, articular com o Sebrae Nacional e suas representações nas 27 unidades da federação e com a Secretaria estadual de desenvolvimento, onde não houver representatividade dos fóruns estaduais.

O Sr. Ercílio se prontificou para fazer parte da Comissão, a qual pode se dirigir ao grupo de transição do Governo para falar sobre o que está sendo feito no Fórum acerca da PNADEMPE.

O Sr. Henrique enfatizou que do lado do Governo poderia dar apoio com uma Moção, mas que os membros da Comissão devem ser formados por representantes da iniciativa privada.

A Sra. Ariene D'arc disse que levaria o pleito para a CNI se pronunciar sobre um possível representante para compor a Comissão.

O Sr. Henrique mencionou que a Comissão seria composta por representantes da Aliança Empreendedora, Sr. José Antônio Ramalho- representante da ASBRAE, Sr. Ercílio Santinoni- Presidente da CONAMPE e por representante indicado pela CNI.

ITEM 3 - ENCAMINHAMENTOS

- ✓ O Sr. Mauro Oddo, juntamente com representantes da CNI, Aliança Inovadora e CONAMPE deverão elaborar um documento com a síntese das propostas dos 07 Comitês Temáticos para serem levadas para a equipe de transição do Governo.
- ✓ Foi designada uma Comissão formada por membros da iniciativa privada com representantes da CONAMPE, Aliança Empreendedora, CNI e ASBRAE, os quais deverão se reportar a equipe de transição do Governo para apresentar o documento formalizado pelo Fórum Nacional das Micro e Pequenas Empresas acerca do que foi construído para instituir a Política Nacional de Apoio e Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas.